

06 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Juíza decidia processos em que ela mesma aparecia como autora

Magistrada do RJ ganhou quatro casos julgados por ela, com indenizações de R\$ 634 a R\$ 10 mil

Investigada pelo CNJ e pela Corregedoria do TJ-RJ, Sílvia Regina Criscuolo foi afastada do cargo em fevereiro

MARCO ANTÔNIO MARTINS
DO RIO

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e a Corregedoria do TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) apuram os atos praticados por uma juíza que julgou processos em que ela mesma aparecia como autora.

Desde 2010, a juíza Sílvia Regina Criscuolo julgou e venceu quatro processos em que ela era parte interessada. Neles recebeu indenizações que variaram entre R\$ 633,92 e R\$ 10 mil.

As ações são semelhantes: sentindo-se de alguma forma prejudicada, a cidadã Sílvia Criscuolo entrava na Justiça contra empresas pedindo indenizações.

Como em todos os casos seu pedido era inferior a 20 salários mínimos (em torno de R\$ 14,5 mil), os casos eram encaminhados para Juizados Especiais Cíveis.

Criscuolo é juíza titular de Juizados Especiais Cíveis. Ela aparece como autora em 23 processos na Justiça do Rio.

E como ré em outros quatro.

De acordo com as investigações do CNJ, a juíza entrava com as ações nos locais onde trabalhava.

Fez assim nos juizados da Ilha do Governador e do Méier, zona norte. Nesses locais havia um único Juizado Especial Cível. As ações, assim, caíam automaticamente em suas mãos.

Nos juizados especiais, a audiência é geralmente conduzida por um juiz leigo, um advogado que, após seleção, atua como auxiliar de juízes titulares, conduzindo audiências e apresentado pareceres sobre os casos. A decisão final cabe ao titular.

Segundo o CNJ, Criscuolo participava das audiências como autora diante de um juiz leigo. Depois de encerrada a audiência, assumia seu papel de juíza titular para decidir sobre seu próprio caso.

Em sua defesa ao CNJ, a magistrada justificou que ela "decidiu no meio de outros processos sem saber que fazia parte deles".

O CNJ começou a investigar esse caso em julho do ano passado. A apuração foi repassada ao Tribunal de Justiça, que em fevereiro afastou Criscuolo do cargo.

Agora o CNJ quer que o Tribunal fluminense crie mecanismos que acabem com brechas como essa.

OS CASOS

Em um dos processos, a juíza Criscuolo reclamou de uma cobrança indevida em sua conta telefônica. Recebeu R\$ 633,92.

Em outro caso, uma empresa demorou a entregar um eletrodoméstico. Pelos danos morais ela determinou que ele recebesse R\$ 749,50.

De uma construtora que vendeu um apartamento com penhoras, a juíza obteve uma indenização de R\$ 10 mil.

No Juizado do Méier, a juíza Sílvia Criscuolo reclamou de um colchão que demorou a ser entregue. Argumentou que, por isso, dormia no chão de casa.

Responsável por apurar o caso, a juíza do CNJ Mariella Ferraz disse que a magistrada do Rio "violou os ditames legais. Uma afronta às regras mais comezinhas dos deveres dos juízes".

CONTINUA

06 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

> OUTROLADO <

Ela diz que julgou sem saber que processo era seu

A juíza Sílvia Regina Criscuolo não foi encontrada pela **Folha** para falar de sua atuação como magistrada em processos em que ela mesma era a autora.

Ao prestar informações ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e à Corregedoria do TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio) ela disse que assinou os processos sem saber que se tratavam dos seus.

A magistrada afirmou que decidiu “no meio de outros processos, sem saber que (seu nome) fazia parte deles”.

Ainda em sua defesa, a juíza Criscuolo argumentou que “nenhuma das ações [em que ela aparecia como autora e juíza] teve conteúdo decisório e decorreram do equívoco ocasionado pelo asoberbamento de serviço”.

“Quando há acordo entre as partes envolvidas em um litígio não há, propriamente, um julgamento porque o litígio foi solucionado por um acordo”, explicou a juíza, justificando sua atuação.

**“ [A magistrada
que julgou seus
próprios casos]
violou os ditames
legais. Uma afronta
às regras mais
comezinhas dos
deveres dos juízes**

MARIELLA FERRAZ
juíza do CNJ

06 MAR 2014
FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

**NOME E
SOBRENOME**

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais confirmou: José Alencar, ex-vice-presidente morto em 2011, é o pai da professora Rosemary Moraes. Os desembargadores endossaram o entendimento de que a recusa do político em fazer o teste de DNA gera a presunção da paternidade.

ÚLTIMA ETAPA

O caso se arrastava há 13 anos. Em jogo, além do reconhecimento, está a possibilidade de Rosemary ser incluída na partilha de uma herança avaliada em alguns bilhões. Os advogados da família de Alencar ainda devem tentar reverter a decisão no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

PAINEL

Vem cá 1 Enquanto o STF (Supremo Tribunal Federal) não define de vez a regra para pagamento de precatórios, a Prefeitura de São Paulo vai convocar, a partir da semana que vem, os credores interessados em fazer acordo para receber esses títulos, desde que com 50% de deságio.

Vem cá 2 O estoque de precatórios é, juntamente com a dívida, o principal problema financeiro da capital. Depois de fechar o acordo com os credores, a prefeitura vai esperar a decisão do STF para fazer os pagamentos.

06 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Promotoria quer servidores como réus em ação de cartel

Ministério Público vê indícios da participação de funcionários na fraude

“ Os fatos deveriam ser melhor investigados pelos autores [governo estadual] para que, após a oitiva de pessoas, juntada de documentos e elaboração de perícias, houvesse a delimitação da responsabilidade de cada um dos envolvidos no esquema ilegal

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO
em petição à Justiça

Processo judicial aberto pelo governo do Estado para obter ressarcimento inclui somente as empresas

FLÁVIO FERREIRA
MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

O Ministério Público Estadual afirmou à Justiça que a ação judicial do governo contra as empresas acusadas de formação de cartel em licitações de trens tem que incluir funcionários públicos e ex-servidores suspeitos de receberem propinas para favorecer as companhias.

Como o processo já iniciado pela administração de Geraldo Alckmin (PSDB) não indicou os acusados da prática de corrupção, o Judiciário tem de arquivar a causa, segundo a Promotoria.

Os promotores José Carlos Blat e Silvio Marques afirmam que a ação de Alckmin para pedir indenização pelos prejuízos causados pelo cartel é “açodada e incorreta”, pois não aguardou o fim das investigações do caso.

De acordo com os promotores, apurações do Ministério Público e reportagens indicam que funcionários públicos, servidores e lobistas participaram das fraudes das empresas do cartel.

Para o Ministério Público, o governo deveria ter esperado a conclusão das apurações do caso para que esses suspeitos também fossem processados e condenados a ressarcir os cofres públicos.

“Os fatos deveriam ser melhor investigados pelos autores [governo estadual] para que, após a oitiva de pessoas,

juntada de documentos e elaboração de perícias, houvesse a delimitação da responsabilidade de cada um dos envolvidos no esquema ilegal”, segundo os promotores.

A petição do Ministério Público também aponta que a ação de Alckmin não delimitou com clareza as práticas ilegais das empresas acusadas de formação de cartel.

Segundo a manifestação, o processo de Alckmin só utiliza conclusões do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) na investigação administrativa na qual a multinacional alemã Siemens delatou a existência do cartel em licitações de trens no Estado entre 1998 e 2008, nos governos de Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos do PSDB.

CONTINUA

BATALHA JURÍDICA

É a terceira vez que o Ministério Público Estadual ataca a ação judicial iniciada pela PGE (Procuradoria-Geral do Estado), órgão responsável pela defesa jurídica do Executivo paulista.

Em petições anteriores, no ano passado, a Promotoria afirmou que a ação judicial deveria ser encerrada, pois a PGE só havia indicado a Siemens como ré no processo e não havia apontado o valor da indenização a ser paga em razão da atuação do cartel.

Em sua defesa, o governo afirmou à época que só a Siemens era "ré confessa".

Em novembro, a Justiça determinou que a PGE alterasse a causa incluindo as outras empresas suspeitas e indicasse o valor do ressarcimento aos cofres públicos, sob pena de arquivar o processo.

Em janeiro, a PGE atendeu parcialmente ao despacho judicial. O órgão incluiu mais treze empresas na causa, mas não indicou o valor da indenização a ser paga.

A 4ª Vara da Fazenda Pública da capital então pediu que o Ministério Público apresentasse sua posição.

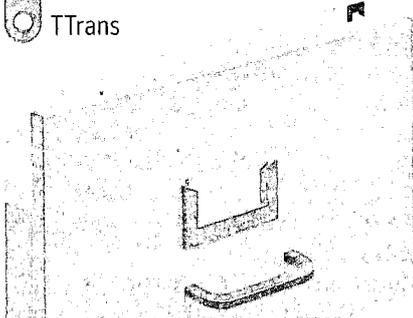
No dia 10 de fevereiro, a Promotoria manifestou-se apresentando o argumento de que a falta da indicação dos funcionários públicos, ex-servidores e lobistas na ação judicial deveria levar ao arquivamento da causa, além de repetir os argumentos das petições anteriores.

A Justiça agora vai decidir se a causa vai continuar ou será arquivada.

Procurada pela **Folha**, a PGE não se manifestou até a conclusão desta edição.

EMPRESAS QUE O GOVERNO ESTÁ PROCESSANDO

- Siemens Brasil
- Siemens AG
- Alstom Brasil
- Alstom Transport
- CAF Construcciones
- CAF do Brasil
- Bombardier
- Balfour
- Tejofran
- Iesa
- MGE
- MPE
- Mitsui
- Termoinsa
- TTrans



PROCESSO INCOMPLETO

Ministério Público diz que está incorreto o processo de indenização do governo estadual contra empresas acusadas de formação de cartel em licitações do Metrô e da CPTM e exige o fim da ação



PROBLEMAS

O que Ministério Público diz estar irregular no processo

- Não inclui os funcionários e ex-funcionários públicos envolvidos no recebimento de propina
- O valor do dano aos cofres públicos a ser ressarcido pelas empresas não está indicado
- A petição inicial só tem as conclusões do Cade que estão no acordo de delação premiada com a Siemens
- A ação não esperou a conclusão das investigações

ONDE ELAS ATUARAM

Segundo o Cade, há indícios de que essas 15 empresas cometeram irregularidades em cinco projetos

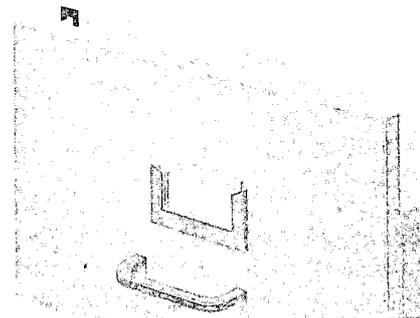
1- Linha 5 - Lilás (fase 1), entre Capão Redondo e Largo Treze (Metrô e CPTM)

2- Manutenção dos trens das séries 2000, 3000 e 3100 (CPTM)

3- Contratação dos trens da série 3000 (CPTM)

4- Extensão da Linha 2 - Verde (Metrô)

5- Projeto Boa Viagem de recuperação e modernização de trens (CPTM)



06 MAR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Mais transparência

Reconhecida como uma das mais modernas e abrangentes legislações do gênero em todo o mundo, a Lei de Acesso à Informação brasileira sempre sofreu, no entanto, uma crítica acertada. O prazo estabelecido para adaptação dos órgãos públicos era exíguo.

De fato, entre a sanção presidencial, em novembro de 2011, e sua entrada em vigor, em maio de 2012, transcorreram meros seis meses. Nesse intervalo, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas três esferas administrativas, deveriam regulamentar a norma e criar a necessária estrutura para atender às novas demandas.

Ao estabelecer a publicidade como regra e o sigilo como exceção, a lei assegura que, em tese, qualquer pessoa pode obter dados sobre a administração pública, sem precisar justificar a solicitação.

Compreendendo a mudança de mentalidade que isso implica, bem como prevendo as dificuldades práticas de catalogar documentos e treinar servidores, muitos países se concederam mais tempo de preparação. No Reino Unido, por exemplo, foram cinco anos.

Uma coisa, contudo, são os aspectos operacionais e os obstácu-

los práticos a serem superados nas inúmeras repartições estatais; outra, bem diferente e indesculpável, é a pura negligência dos governos.

É lamentável, portanto, que reportagem desta **Folha** tenha encontrado entraves desse segundo tipo em sete Estados (AC, AP, AM, MA, PA, RN e RR), nos quais a norma nem sequer está regulamentada. Em outros quatro (PE, RO, RS e SE), embora já existam as regras, o cidadão enfrenta situações nada condizentes com o espírito da Lei de Acesso à Informação.

É o caso do governo de Sergipe, que exige o número do título de eleitor para que o cidadão possa fazer um pedido. A lei federal, entretanto, diz que “qualquer interessado” pode requerer informações, o que inclui não eleitores.

Reconheça-se que, um ano atrás, eram 15 as unidades da Federação sem dispositivos normatizando a Lei de Acesso. A crer no que disseram os governos do Amazonas e do Maranhão, a lista de Estados com essa dívida logo diminuirá.

É crucial que a opinião pública mantenha a pressão para disseminar os preceitos da transparência pelo país. A obscuridade não tem lugar em democracias modernas.

06 MAR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJPR assina contrato de prestação de serviços com universidade para deficiência

O Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, assinou na tarde de quarta-feira (26/2) contrato de Prestação de Serviços entre o TJPR e a UNILEHU (Universidade Livre para a Eficiência Humana). Com o convênio, o Tribunal vai dar oportunidade, inicialmente, a cinco pessoas com deficiência auditiva de se integrarem ao quadro de servidores, em atividades de digitalização eletrônica de documentos, no âmbito do Poder Judiciário. A assinatura aconteceu na Sala de Reuniões da Presidência, no 11º andar do anexo do Palácio da Justiça.

Na ocasião, a presidente da UNILEHU, Andréa Moreira de Castilho Koppe, agradeceu ao Presidente pela iniciativa do Tribunal. "Para nós é uma satisfação, um orgulho muito grande estabelecer esse convênio com o TJPR para a inclusão de deficientes auditivos na digitalização de processos. A inclusão vai permitir a esses jovens o conhecimento, o desenvolvimento da empregabilidade e a possibilidade de futuras oportunidades no mercado de trabalho".

06 MAR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Lewandowski assume presidência interina do Supremo

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, assumiu ontem (05/03) a presidência interina da Corte. O ministro ficará no cargo até o próximo domingo (09/03), quando o presidente Joaquim Barbosa voltará de uma viagem oficial a três países africanos.

Barbosa embarcou sábado (1º), em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), para Acra, capital de Gana, e vai passar por Benin e Angola. Nos três países, estão previstos encontros de Barbosa com os chefes de Governo, ministros da Justiça e presidentes da Suprema Corte. Na sexta-feira (07), ele será recebido pelo presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, que está no poder desde 1979. Barbosa só receberá diárias quando voltar ao Brasil. Ele está acompanhado de dois assessores, que receberam R\$ 8.228,00 por nove diárias. A viagem não foi a convite das autoridades dos três países africanos.

Novos valores e nova forma de recolhimento de custas no STJ entram em vigor amanhã

Os valores e a forma de recolhimento de custas processuais e de porte de remessa e retorno dos autos sofreram alterações no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A resolução que estabelece nova tabela e novos procedimentos para recolhimento passa a valer a partir desta sexta-feira (7).

O normativo modificou a forma de pagamento das custas processuais, que será feito exclusivamente por meio de GRU-cobrança, emitida dire-

tamente pelo site do STJ. O procedimento para emissão da guia também ficou mais simples e rápido. Basta acessar o Espaço do Advogado e preencher o formulário eletrônico.

Também não há mais a necessidade de preencher diversos códigos (código de recolhimento, unidade gestora, gestão e número de referência), e, no caso de custas processuais, o valor é preenchido automaticamente pelo sistema com base na tabela de custas vigente.

STJ: Herdeiros podem substituir pai falecido

É possível a substituição processual de falecido por seus herdeiros em ação de prestação de contas de contrato de parceria pecuária. O entendimento é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o recurso de um dos herdeiros contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que também entendeu pela possibilidade de substituição processual.

A ação foi ajuizada para exigir prestação de contas em relação a 25% de crias de bezerros machos nascidos durante o período em que perdurou o contrato entre a autora da ação e seu sócio, que faleceu no curso do processo.

06 MAR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF nega liminar em revisão criminal ajuizada por Natan Donadon

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido de liminar na Revisão Criminal (RvC) 5437, ajuizada na Corte pela defesa do ex-deputado federal Natan Donadon, condenado pelo STF no julgamento da Ação Penal (AP) 396. O ministro, contudo, admitiu o trâmite da revisão e pediu ao Ministério Público Federal que se manifeste sobre o pedido.

Donadon, que cumpre pena no Complexo Penitenciário da Pa-

puda, em Brasília, foi condenado a 13 anos, 4 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, por formação de quadrilha e peculato.

O acórdão condenatório transitou em julgado em junho de 2013, depois que o Plenário do STF não conheceu dos segundos embargos de declaração apresentados pelo ex-deputado e afirmou a natureza protelatória do recurso.

Na revisão criminal, ele reque-

reu a concessão de liminar, para ser posto em liberdade, e no mérito a anulação do julgamento da AP 396, alegando que os elementos instrutórios da denúncia teriam sido obtidos a partir de inquérito civil, o que configuraria violação à competência dos tribunais. Aponta ainda que teria havido desrespeito ao princípio do juiz natural, pelo fato de ter sido julgado pelo STF mesmo após ter renunciado ao mandato.

CNJ: Resolução da Ficha Limpa é cumprida por 97% dos órgãos

A determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que veda a nomeação, para cargos em comissão, das pessoas condenadas por atos de improbidade administrativa ou passível de inelegibilidade, foi atendida por 86 órgãos do Poder Judiciário – entre conselhos de justiça e tribunais superiores, estaduais, federais, trabalhistas, eleitorais e militares. É o que revela levanta-

mento realizado pelo órgão sobre a aplicação da Resolução CNJ n. 156, mais conhecida como a Resolução da Ficha Limpa. O texto resultou na dispensa, em todo o País, de um total de 21 servidores que ocupavam função comissionada e na exoneração de outros 19 nomeados para cargos em comissão.

O texto em vigor proíbe a designação para função de confiança ou a

nomeação para cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, daqueles que foram condenados por decisão transitada em julgado por órgão jurisdicional, nos casos de improbidade administrativa ou de crimes contra a administração pública, hediondos, praticados por organização criminosas, eleitorais ou que resultaram na perda do cargo público, entre outros.

06 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Adoção por amor

Tão importante quanto o desejo é a preparação dos pretendentes; casos de arrependimento servem de alerta

Micaela Orikasa e
Viviani Costa
Reportagem Local

Londrina - Adotar é um ato de amor, mas mesmo com boas intenções, nem todos os pais se preparam para fazer parte de uma nova família. Cada criança escolhida tem sonhos e expectativas, assim como os adultos que consideram uma série de fatores para decidir formalizar o cadastro na fila da adoção.

Dois casos registrados em Guarapuava (Centro-sul) despertaram a atenção do promotor de Justiça Guilherme Carneiro de Rezende, daquela cidade. No final de janeiro, ele foi procurado por um casal que pretendia "desistir" de uma criança. Após uma longa conversa, os pais decidiram continuar com o filho adotivo.

No entanto, outro casal entrou em contato com o Ministério Público e, argumentando que a menina adotiva de oito anos apresentava atitudes inadequadas, a devolveram à Justiça. O MP ingressou com uma ação contra o casal e solicitou o pagamento de uma indenização por danos morais à criança. "Em Santa Catarina encontrei um desembargador que defende que é preciso acabar com essa prática, em que pais escolhem a criança como se fosse um objeto e, quando não se quer mais, vai e devolve", ressalta o promotor.

Para ele, a indenização é necessária, já que a menina provavelmente terá que receber acompanhamento psicológico para ajudá-la a entender o que

No país são
cerca de 100
grupos de
apoio

ocorreu. Ela também terá que ser preparada para uma nova adoção. "A criança que está para ser adotada não consegue fazer uma reserva mental do tipo 'não vou me envolver com essa família porque pode ser que dê errado', mas o casal sim. Eles passam por um período de habilitação, já refletiram e têm maturidade suficiente para saber que vão entrar em um processo difícil", salienta. A ação proposta no dia 14 de janeiro ainda não foi julgada.

Em Londrina, dois casos de rejeição foram constatados nos últimos seis anos. Em uma das situações, um casal se inscreveu no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) por não conseguir ter filhos biológicos. Depois de finalizado o processo, veio a notícia da gravidez. "Eles passaram a dar mais atenção ao filho biológico e procuraram a Vara da Infância para comunicar a decisão de devolver a criança", relata o juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude de Londrina, Ademir Richter.

No outro caso, os pais já tinham três filhos biológicos. "Os três não se entenderam com o filho adotivo e os adultos optaram pela devolução", conta. Nas duas situações, as crianças possuíam, aproximadamente, 4 anos, e foram obrigadas a retornar para os abrigos.

Cultura

A advogada Silvana do Monte Moreira, presidente da Comissão de Adoção do Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam) e diretora jurídica da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção, ressalta que "o princípio que deve prevalecer é do melhor interesse para a criança". Segundo ela, muitas pessoas ainda buscam a adoção por motivos "descabidos". "Algumas pessoas não estão adotando pela criança, mas pelas suas frustrações pessoais. Criança

não cobre buraco de ninguém", acrescenta. Segundo ela, a divulgação de casos na mídia e a reformulação da lei 12.010/2009, chamada "Lei de Convivência Familiar", têm motivado a parceria entre grupos de apoio à adoção e o Judiciário.

Em todo o país são cerca de 100 grupos de apoio à adoção. Em Londrina, um grupo de pais adotivos tem a intenção de criar um. A Vara da Infância e Juventude também oferece um curso preparatório para os habilitandos, que será realizado de 17 a 20 de março, na Faculdade Inesul.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

06 MAR 2014

Perfil dos inscritos no cadastro foi ampliado

Londrina - Em Londrina, 160 casais estão inscritos na fila no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Do total, 123 foram avaliados por psicólogos e assistentes sociais e estão aptos a receber uma das 31 crianças e adolescentes que vivem nos abrigos da cidade. No ano passado, 65 processos de adoção foram concluídos e, aproximadamente, 30 pais se inscreveram no cadastro.

De acordo com o site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que mantém o CNA, nove crianças têm entre 6 e 10 anos; 16 têm entre 11 e 15 anos e seis são acima dos 15 anos. Não há meninos ou meninas na faixa etária de 0 a 5 anos, a mais cobiçada pelos casais. Outras 100 crianças aguardam a conclusão dos procedimentos burocráticos para se tornarem aptas à adoção.

"A maioria dos casais procura meninas, de 0 a 2 anos, de cor branca. Esta restrição aumenta o período de espera tanto dos pais que pretendem adotar quanto das crianças que esperam por uma família", salienta a promotora da Vara da Infância e Juventude de Londrina, Yara Guariente, informando que a lei da adoção estabelece que as crianças poderiam permanecer nos abrigos por um período máximo de dois anos.

A cabeleireira Brígida dos Santos N. Schneirder, de 37 anos, passou todo o processo de adoção com o marido Laércio. "Por conta de uma

vasectomia, não podíamos gerar filhos, mas podíamos adotá-los" diz. No início do processo, em 2011, o casal queria irmãos com no máximo três anos de idade, mas durante o processo a história foi ganhando outro rumo.

"Participamos de palestras e outros cursos, além do obrigatório. E foi ouvindo outros pais adotivos que começamos a pensar em crianças maiores. Hoje, vejo o quanto foi boa essa decisão e o quanto foi importante nos prepararmos, pois no começo as crianças pediram até mamadeira, mas a gente estava bem seguro para encarar essa etapa da adaptação", comenta.

Em 2012, o casal adotou os irmãos Kívia, hoje com 7 anos e Thiago, de 9. Isaías, o irmão mais velho, com 14 anos, integrou a família alguns meses depois. "Adotamos os menores, mas aceitamos que os três mantivessem um vínculo. Um dia, resolvemos chamar Isaías para passar um tempo em casa e, na semana seguinte, acabamos pedindo a guarda. Hoje, estamos todos adaptados e em família, o que é o mais importante", diz.

Registro

Quando tinha um ano e cinco meses, uma menina ganhou duas mães na falta de uma. A pequena foi acolhida por Adriana Pessoa e Deise Martins e também pelas novas irmãs. Na casa onde reinam as mulheres prevalece também o amor e o respeito.

A criança deixou o lar ainda mais unido. Ela cresceu e só agora, aos dez anos, terá o nome das duas mães no registro de nascimento. "Não importa do jeito que é. O que importa é o amor que um sente pelo outro, a paz e a alegria que tem que ter. Eu gosto de ter duas mães. Não falta nada aqui. Tem muita amizade e muito amor", resume a menina.

Este é o segundo casal homoafetivo de Londrina que conseguiu oficializar a adoção. Outros dois casais estão com processos em andamento e há pelo menos cinco homossexuais solteiros na fila de espera. De acordo com o juiz da Vara da Infância e Juventude, Ademir Richter, o perfil dos inscritos no cadastro foi ampliado nos últimos anos. "As crianças ganham mais chances com a ampliação do grupo de pessoas interessadas na adoção", considera. "É muito melhor garantir uma convivência familiar para a criança do que deixá-la no abrigo", reforça a promotora. (M.O. e V.C.)

CONTINUA

06 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Excesso de expectativa pode atrapalhar

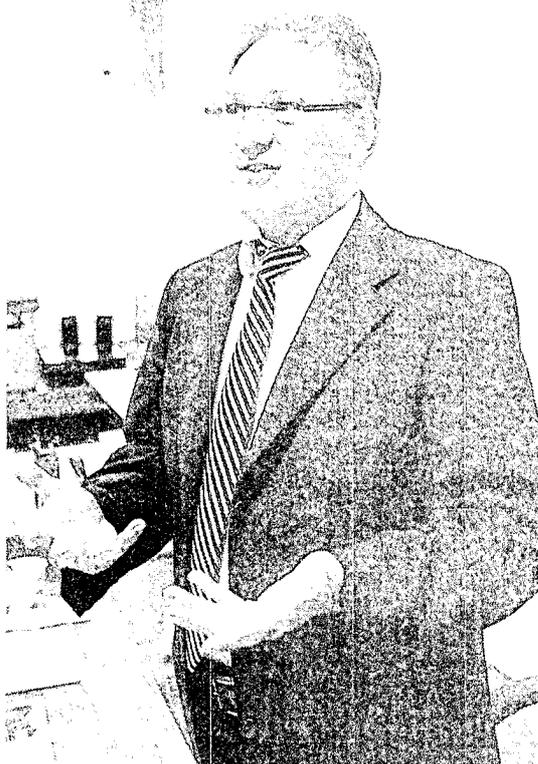
Londrina - Mãe adotiva e coordenadora do Grupo de Apoio Adoção Consciente (Gaaco), Halia Pauliv de Souza se dedica há 18 anos ao tema. O grupo em Curitiba chega a reunir uma média de 30 casais/mês. Nas reuniões, Halia aborda o histórico de vida das crianças e a rotina delas em uma instituição.

"As dificuldades são relatadas pelos pais adotivos. Eles contam que cada criança tem uma reação, como a regressão psicológica, onde ela faz xixi na cama ou pede mamadeira, por exemplo. Ela quer renascer, pertencer aos novos pais. As pessoas que não têm formação, chegam nessa hora, mandam a criança embora. O curso é justamente para prepará-los sobre as dificuldades", reforça.

Para a psicóloga Renata P. Casanova, há uma unanimida-

de no imaginário dos casais da fila de espera. "Eles pensam que a criança será muito boazinha, que não vai dar trabalho nenhum. Geralmente, o que se espera é que a criança se adapte à rotina do adulto, mas é preciso olhar mais para a criança do que para si mesmo", ressalta.

Renata se dedica voluntariamente ao Gaaco há 15 anos e destaca que o excesso de expectativa e ansiedade podem atrapalhar. "Em muitas situações, os adultos não dão tempo para eles e nem para as crianças se conhecerem de verdade, pois o desejo maior é de levá-las para casa", afirma. Ela ressalta ainda que não se deve "encantar" as crianças somente com presentes e passeios, pois isso muitas vezes dificulta a adaptação às regras da nova casa. **(M.O. e V.C.)**



Ademir Richter, juiz: crianças foram obrigadas a retornar aos abrigos

06 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Ficha Limpa no Judiciário 1

A resolução da Ficha Limpa, que veda a nomeação, para cargos em comissão, das pessoas condenadas por atos de improbidade administrativa ou passível de inelegibilidade, foi atendida por 97% dos 86 órgãos do Poder Judiciário brasileiro. O levantamento foi divulgado ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e inclui os tribunais superiores, estaduais, federais, trabalhistas, eleitorais e militares de todo o País, além dos próprios conselhos.

Ficha Limpa no Judiciário 2

Conforme os dados, informados pelos órgãos em questão, a publicação do texto, em agosto de 2012, resultou na dispensa de 21 servidores. Outros 19, nomeados para cargos em comissão, foram exonerados. No Judiciário estadual, a determinação foi atendida por 26 instituições. Paraíba e Rio Grande do Sul, que aplicaram 95% da resolução, e Piauí, que não atingiu a meta de 70%, foram os únicos com índices inferiores a 100%. A FOLHA tentou contato com o TJ, para saber sobre as exonerações e dispensas já efetuadas no Estado, no entanto, não recebeu retorno até o fechamento desta edição.

Interino

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, assumiu ontem a presidência interina da Corte. O ministro ficará no cargo até o próximo domingo, quando o presidente Joaquim Barbosa voltará de uma viagem oficial a três países africanos. Barbosa embarcou sábado passado, em um avião da FAB (Força Aérea Brasileira), para Acra, capital de Gana, e vai passar por Benin e Angola.

Durante as férias

Em janeiro, durante as férias do Judiciário, o plantão do STF foi marcado por uma polêmica. Lewandowski ocupava interinamente a presidência e concedeu três liminares que autorizaram o aumento do IPTU em três cidades e outra que determinava a retomada da análise da proposta de trabalho externo do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, condenado na ação penal 470, o processo do mensalão. Ao voltar do recesso, Barbosa derrubou todas as decisões.

'Musa do mensalão'

O líder do governo Beto Richa (PSDB) na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Ademar Traiano (PSDB), voltou a criticar ontem a senadora Gleisi Hoffmann (PT). Em sua coluna no "Blog do Ismael", o tucano disse que a petista "mancha sua biografia" ao se unir ao coro dos que tentam aviltar o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. "O ingresso de Gleisi na ala das petistas que negam o mensalão e atacam o juiz para defender os condenados a coloca em uma lamentável galeria do PT. A senadora está agora ao lado de figuras como Ideli Salvatti e Angela Gaudagnin, que disputam o título de musa do mensalão", escreveu.

06 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA

TRF4: ex-presos políticos de Londrina receberá R\$ 100 mil

Luís Fernando Wiltemberg

Reportagem Local

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) condenou a União a pagar indenização de R\$ 100 mil, além de juros e correções, a um morador de Londrina vítima de perseguição política durante a ditadura militar. A decisão unânime foi proferida no último dia 26. Ainda cabe recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A ação ajuizada na Justiça Federal de Londrina pede indenização por danos morais ao autor, que alega ter sofrido prisão, tortura e perseguição política. De acordo com os autos, ele permaneceu preso entre setembro de 1969 e janeiro de 1971. O motivo foi a participação na Ação Popular, organização de esquerda fundada em 1962, e por ter integrado o Movimento Operário.

Em primeira instância, o autor obteve direito a indenização de R\$ 50 mil mais juros e correções. Porém, tanto ele quanto a União recorreram da decisão – o primeiro para majorar a penalização e o segundo, para reduzir o valor para R\$ 20 mil.

Porém, em seu relatório, o desembargador federal Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle considera que apenas a comprovada prisão por perseguição política já acarretaria em dano moral passível de indenização.

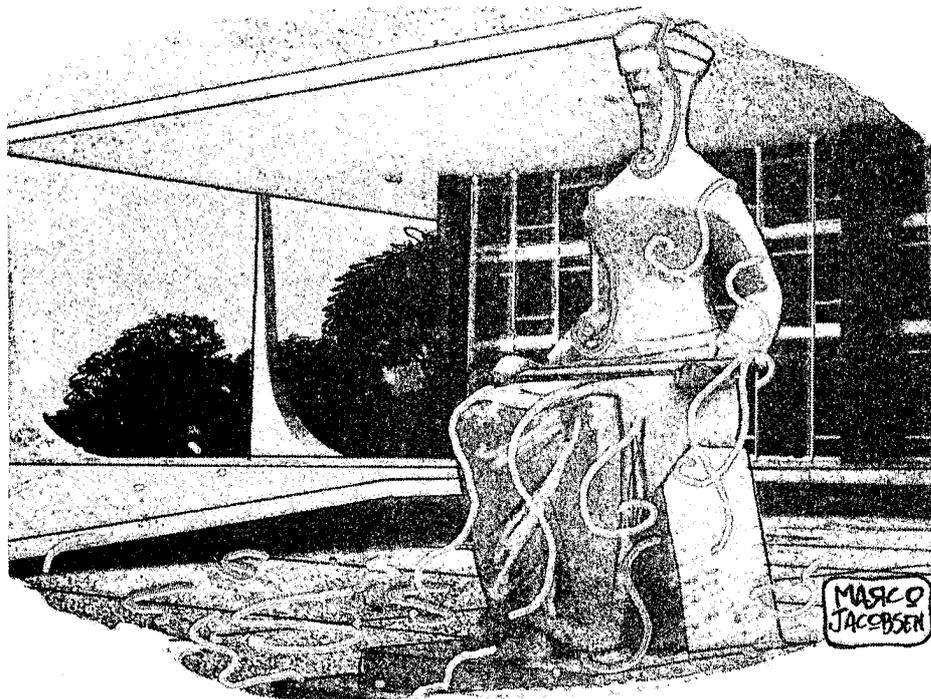
Porém, devido à prisão política, às torturas sofridas e aos traumas imputados à vítima e à família, além de sequelas que perduraram após a prisão, o magistrado considerou

que "cabe majorar o valor da indenização ao patamar máximo da Lei da Anistia".

Procurado na tarde de ontem, o ex-presos políticos disse não querer comentar o assunto.

06 MAR 2014

FOLHA DE LONDRINA



- Dessa vez a ressaca de carnaval vai durar o ano todo...

06 MAR 2014

GAZETA DO POVO

CORREÇÃO

Auxílio-livro é benefício só de desembargadores; não dos juizes do PR

A Gazeta do Povo errou, em reportagem publicada no domingo passado, ao informar que o auxílio-livro de até R\$ 250 mensais instituído pelo Judiciário do Paraná é destinado aos magistrados paranaenses – o que dava a entender que tanto os desembargadores (magistrados de segundo grau) como juizes (magistrados de primeiro grau) têm direito ao benefício. Na verdade, o auxílio-livro é destinado apenas aos desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ).

06 MAR 2014

GAZETA DO POVO

VIAGEM

Barbosa leva carta de Dilma a presidentes de países africanos

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, assumiu ontem a presidência interina da corte. O ministro ficará no cargo até domingo, quando o presidente Joaquim Barbosa voltará de uma viagem a três países africanos. Barbosa embarcou no sábado, em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), para Acra, capital de Gana, e vai passar por Benin e Angola. Nos três países estão previstos encontros com os chefes de governo e outras autoridades.

Amanhã ele será recebido pelo presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, que está no poder desde 1979.

Acompanhado por dois assessores, Barbosa só receberá diárias quando voltar ao Brasil.

Barbosa levou para cada um dos presidentes dos países que vai visitar uma carta assinada pela presidente Dilma Rousseff. A carta de Dilma faz considerações sobre as relações entre o Brasil e os três países e reforça os laços de amizade entre as nações. A sugestão foi feita pelo Itamaraty.

GAZETA DO POVO

**Celso
Nascimento**

06 MAR 2014

Polícia extingue distritos

Os 13 distritos policiais de que Curitiba dispõe serão reduzidos a apenas cinco. Essa medida está para acontecer já nos próximos dias e pelo menos três motivos levam a Secretaria de Segurança Pública e a direção-geral da Polícia Civil a adotá-la.

O primeiro deles é economizar a grana que anda escassa e insuficiente até para pagar o aluguel de prédios onde funcionam alguns dos atuais distritos, sem falar do custeio que cada um deles exige (contas de luz, água, material de expediente, servidores etc.). A ordem é cortar despesa.

Outro motivo é que as carceragens que funcionavam nos distritos estão praticamente destruídas e irre recuperáveis. É impossível manter presos em suas celas. Aliás, em vários dos distritos, até por imposição do Ministério Público e da Justiça, os xadrezes já tinham sido desativados.

O terceiro motivo, segundo os gestores da Polícia Civil, é racionalizar e dar melhores condições de trabalho aos cinco distritos que restarão. Todos eles serão instalados em prédios próprios do estado (para evitar o pagamento de locações) e, ao mesmo tempo, concentrar neles os delegados, investigadores, escrivães, servidores administrativos, viaturas e equipamentos hoje dispersos em 13 diferentes lugares de Curitiba.

Os presos remanescentes nas celas de alguns destes distritos serão transferidos para o complexo de Piraquara, onde, após reformas, novas vagas foram criadas. Um mutirão entre as secretarias da Segurança e da Justiça (esta última responsável pelo sistema prisional) vai tratar, nos próximos dias, de fazer a triagem dos detentos. Presos sobre os quais pesarem condenações serão imediatamente transferidos; sobre os demais ainda não se sabe exatamente que destino terão.

Entre alguns delegados reina otimismo: se livrarão de manter investigadores vigiando presos e os deslocarão para cumprir, em tempo integral, a função de investigar crimes.

Mas há também delegados que desconfiam da eficácia da medida. Segundo explicam, Curitiba está hoje dividida em 13 distritos, cada um deles atendendo, em média, 150 mil habitantes. Com a redução para cinco, a cada distrito caberia atender população de 400 mil pessoas, acrescentando-se a este problema a distribuição geográfica das delegacias, que, logicamente, ficarão mais distantes dos bairros.

Na opinião deles, embora compreendam que a extinção de oito distritos guarde lógica com o difícil contexto das finanças do estado, consideram que a prioridade está sendo violada e a segurança tende a piorar. Mais produtivo seria aparelhar melhor os atuais distritos e mantê-los próximos da população.

Não deixam de ter lá suas razões. Na opinião deles, extinguir distritos não vai resolver problemas como a falta de combustível para as viaturas e nem tirar dezenas delas de oficinas que não as consertam porque o governo não lhes paga pelo serviço.

06 MAR 2014

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Mensalão 1

Precisamos urgentemente acabar com esse processo de indicações de ministros do STF feitas pelo presidente da República para evitar absurdos como os do julgamento do mensalão (**Gazeta**, 2/3). Para se tornar um ministro do STF, o candidato deveria passar por um concurso que avalie o seu histórico. Assim se evitariam casos como o do ministro que nunca foi juiz.
Hélio Takefumi Mori, engenheiro civil

Mensalão 2

O povo pagador de impostos, mantenedor deste país, ao entusiasmar-se com a ideia de que a Justiça brasileira estaria punindo praticantes de crimes contra a administração pública, esqueceu-se de que afilhados sempre reverenciam os padrinhos. Resta agora, quem sabe, aos absolvidos até o deferimento de uma indenização por injusta acusação. E ainda se diz que o crime não compensa!

Newton Pythagoras Gusso

Vantagens extrassalariais

Essas vantagens extrassalariais dos juízes e desembargadores do Paraná (**Gazeta**, 2/3) são mais uma vergonha nacional. Não há dinheiro que chegue para essa gente, haja carga tributária para manter essa pouca vergonha. A chanceler alemã, Angela Merkel, vai e retorna do seu trabalho com o seu veículo e dirigindo. O que impede os membros do Legislativo, Executivo e Judiciário de fazer o mesmo?

Bento Sartori de Camargo

NOTA POLÍTICA

Fora de época

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) concedeu liminar em que determina a retirada da página "Eduardo Campos Presidente" do Facebook. O ministro Admar Gonzaga atendeu a pedido do Ministério Público Eleitoral que considerou a página da rede social propaganda fora de época do pré-candidato do PSB ao Palácio do Planalto. A decisão foi tomada às 23h14 de sexta-feira (dia 28), mas ainda estava no ar ontem.

STF julga no dia 12 recurso que discute indenização à Varig

IO presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, incluiu na pauta do plenário da próxima quarta-feira o julgamento do recurso que discute um pedido de indenização à Varig por causa do congelamento de preços das passagens aéreas durante o governo do ex-presidente José Sarney. O processo deve ser retomado com o voto de Barbosa, que pediu vista da ação em maio de 2013. A Advocacia Geral da União (AGU) estima que a indenização cobrada pela extinta companhia aérea pode alcançar R\$ 3,057 bilhões. No momento, o placar está desfavorável para a União. A ministra Cármen Lúcia, relatora do processo, foi a única que já votou e se manifestou a favor do pedido da Varig.

O ESTADO DE S. PAULO CNBB abre ação contra tráfico de pessoas

06 MAR 2014

Igreja cobra programa para combater crime; bispo vê Copa com preocupação

Bernardo Caram / BRASÍLIA

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou ontem, em Brasília, a Campanha da Fraternidade 2014, com o tema "Fraternidade e o Tráfico Humano". Entre os objetivos apresentados no texto-base da campanha estão a denúncia de situações causadoras de tráfico humano, a reivindicação de políticas públicas para a reinserção das vítimas e a promoção de ações de prevenção para o problema.

Uma das bandeiras da CNBB é a defesa de um trabalho conjunto entre a sociedade e o Estado. Segundo o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, presente no evento, o governo federal já tem uma série de iniciativas sobre o tema. Mas, segundo Cardozo, o número de inquéritos policiais abertos sobre o tráfico de pessoas é muito pequeno em relação ao volume da realização desse crime, porque há uma resistência das pessoas a fazer denúncias. "O tráfico de pessoas é um crime subterrâneo", disse o ministro. "E o pior dos crimes é aquele que não pode ser detectado, porque não pode ser combatido."

Cardozo informou que será criado um comitê conjunto que

vai buscar aprimorar as políticas, receber sugestões e enraizar a atuação da sociedade no combate ao tráfico de pessoas.

Para o secretário-geral da CNBB, dom Leonardo Steiner, a campanha tem um ponto concreto, que é a coleta de doações. O valor arrecadado pelas paróquias e dioceses vai para o Fundo Nacional de Solidariedade e depois é distribuído para pequenos projetos.

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Odilo Scherer, afirmou que a exploração da pessoa é uma realidade aviltante que não está tendo suficiente atuação das autoridades. "Temos no Brasil delitos perversos que só se pode combater se tivermos grande consciência social", advertiu.

Dom Leonardo se disse preocupado com os grandes eventos que vão atrair muitos turistas ao Brasil. "Copa e Olimpíada são momentos difíceis, especialmente quando se trata da exploração de menores." Já Cardozo ponderou que esse tipo de crime deve ser combatido em qualquer circunstância.

Francisco. Também foi divulgada a mensagem do papa Francisco para a campanha. Em carta aos brasileiros, o pontífice destacou que não se pode ficar impassível ao fato de seres humanos serem tratados como mercadoria. Citando a exploração de trabalhadores, as mulheres obrigadas a se prostituir e o tráfico de crianças para remoção de órgãos, o papa pediu que os fiéis usem a consciência. "Como se pode anunciar a alegria da Páscoa sem se solidarizar com aquelas cuja liberdade aqui na terra é negada?"

• Doações

R\$ 5,3 mi

foram arrecadados para o Fundo Nacional de Solidariedade na campanha de 2013. A CNBB espera alcançar um valor semelhante neste ano para financiar pequenos projetos.

06 MAR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

STF retoma julgamento que pode levar União a pagar R\$ 3 bi à Varig

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, incluiu na pauta do plenário da próxima quarta-feira o julgamento de um recurso em que discute indenização devida à Varig pela União por supostas perdas decorrentes do congelamento de preços das passagens aéreas no governo de José Sarney. A causa, iniciada há 21 anos, tem potencial para causar um prejuízo ao Tesouro Nacional de, pelo menos, R\$ 3 bilhões.

O processo deve ser retomado com o voto de Joaquim Barbosa, que pediu vista da ação em maio de 2013. Até aqui, houve um voto desfavorável para a União. A ação se arrasta na Justiça desde 1993. Em um caso semelhante, o Supremo já reconheceu direito da Transbrasil em receber indenização da União por prejuízos com o Plano Cruzado.

Na análise da causa no ano passado, a Advocacia-Geral da União estimou em R\$ 3,057 bilhões a indenização cobrada pela extinta companhia aérea. Uma decisão favorável do Supremo à empresa, que fechou as portas em 2006, beneficiaria trabalhadores da ativa quando a Varig entrou em recuperação judicial, além de aposentados e pensionistas do fundo de pensão Aerus. / RICARDO BRITO

06 MAR 2014

METRO

Prazo para regularização eleitoral vai até 7 de maio

Termina no dia 7 de maio o prazo para os eleitores que queiram tirar o título pela primeira vez, regularizar pendências com a Justiça Eleitoral ou transferir o local de votação. Essa é a data limite determinada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O coordenador de comunicação social do TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral do Paraná), Marden Machado, alerta que quanto antes as pessoas procurarem o serviço, mais rápido será o atendimento.

“Infelizmente é um hábito que o brasileiro tem de deixar para a última hora. Já estamos atendendo do meio dia até as 19 h e, se precisar, vamos aumentar o período, mais para frente. Pedimos



Atendimento vai das 12h até às 19h | RODRIGO FÉLIX LEAL / METRO CURITIBA

para as pessoas procurarem o serviço o quanto antes, evitando as filas que se formam no final do prazo”, disse em entrevista para a rádio Bandnews Curitiba.

Quem estiver com problemas na Justiça Eleitoral

pode ter problemas para tirar passaporte, para assumir cargos conquistados em concursos públicos ou até conseguir se matricular em universidades públicas, após a aprovação em vestibular.

☎ METRO CURITIBA

Decisão. Proprietário perde veículo que transportava mercadoria irregular

O TRF4 (Tribunal Regional Federal 4ª Região) decidiu não devolver ao proprietário um veículo que foi apreendido pela Receita Federal por transportar mercadoria estrangeira de forma irregular em Foz do Iguaçu, no oeste do Estado. O julgamento ocorreu na semana passada.

O homem chegou a ter o pedido negado ao ajuizar uma ação na Justiça Federal. Por isso, decidiu recorrer ao tribunal sob a alegação de que os produtos, como CDs, DVDs, bebidas, perfumes e artigos eletrônicos, eram de uso pessoal. Mas, o juiz federal Ivori Luis da Silva Schaffer, não acatou e disse que os

registros de fronteira revelaram que ele já havia realizado 10 viagens à Foz do Iguaçu em menos de um ano.

Outra explicação do proprietário foi que o valor total das mercadorias era de cerca de R\$ 7.500, enquanto o seu carro, um Fiat Uno Mille de 2010, é avaliado em mais de R\$ 22 mil. Esse argumento também não foi aceito. “O princípio da proporcionalidade deve ser analisado observando-se a finalidade da sanção administrativa, a qual tem por objetivo impedir a habitualidade do contrabando e do descaminho e reprimir tal prática”, explicou o juiz. ☎ METRO CURITIBA

MP-PR

Candidato único

Atual procurador-geral de Justiça, Gilberto Ciraco, foi o único a apresentar candidatura para disputar as eleições para o cargo máximo do Ministério Público no Estado. As inscrições terminaram em 28 de fevereiro e todos os membros do MP votam de forma secreta. O mandato é de dois anos e vai até abril de 2015.

06 MAR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Supremo retoma julgamento aguardado por aposentados da Varig

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar na próxima quarta-feira (12) o julgamento dos recursos que cobram da União indenização à massa falida da empresa aérea Varig em pelo menos R\$ 3,05 bilhões. A decisão é aguardada por aposentados e pensionistas do fundo de pensão Aerus, que esperam na Justiça para receber dívidas trabalhistas e previdenciárias avaliadas em R\$ 7,2 bilhões.

O julgamento foi interrompido em maio do ano passado e será retomado com o voto

do presidente da Corte, Joaquim Barbosa. Na época, o único voto proferido foi da ministra Cármen Lúcia, que votou contra o governo.

Em seu voto, a ministra disse conhecer precedentes do STF que não reconhecem responsabilidade civil por atos da administração pública executados legalmente, mas informou que ainda assim vê o direito à indenização. Segundo ela, os aposentados e pensionistas do Aerus "estão pagando com a própria vida" pela demora no julgamento definitivo.

06 MAR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

TRIBUNINHAS

TRF NA COPA

O Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4) definiu os expedientes e horários de funcionamento da Justiça Federal de 1.^o e 2.^o Graus da 4.^a Região durante o calendário de jogos da Copa do Mundo.

SEM EXPEDIENTE

Não haverá expediente nos dias 18, 25 e 30 de junho nas sedes da Justiça Federal da 4.^a Região de 1.^o e 2.^o Graus em Porto Alegre (RS) e nos dias 16, 20, 23 e 26 de junho em Curitiba (PR).

SELEÇÃO

Nos dias de jogos da seleção brasileira, haverá expediente reduzido. Os horários podem ser verificados no site www.trf4.jus.br. Segundo o TRF9, a redução de horário será compensada nos dias úteis subsequentes, mediante critério a ser estabelecido pelas chefias.